

Leal conselheiro e Livro dos Conselhos de El-Rei Dom Duarte: diálogos

Márcio Ricardo Coelho Muniz – UEFS¹

A história da leitura das obras de D. Duarte tem se limitado quase que exclusivamente ao seu tratado de filosofia moral e política, o *Leal conselheiro*, e a seu livro de equitação, o *Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela*. Pouca atenção tem sido dispensada a outra obra sua, o *Livro dos conselhos* ou *Livro da Cartuxa*, como também é conhecido. Os motivos da preterição são de ordem vária: a inexistência até bem pouco tempo de uma edição que facilitasse o acesso à totalidade da obra,² por outro lado, a publicação dispersa de vários de seus textos em outros livros,³ e a presença, do mesmo modo, de alguns deles no mais conhecido dos tratados de D. Duarte, o *Leal conselheiro*. Todavia, o motivo principal para explicar a pouca atenção dispensada ao *LCart* certamente diz respeito à própria constituição desta obra duartina.

Quando a indicamos como de D. Duarte estamos, em realidade, reconhecendo no rei o motivador, um compilador, não o autor no sentido corrente do termo. O *LCart* é antes de tudo uma recolha de anotações próprias e testemunhos de outrem, acerca de assuntos diversos, que o monarca registrava ou mandava registrar «em um seu livro, que consigo sempre trazia, de cousas familiares e especiaes», conforme testemunho de seu cronista, Rui de Pina (1901: 32). Para além disso, o *LCart*

¹ Este texto foi publicado em *Actes del X Congrès Internacional de L'Associació Hispànica de Literatura Medieval*. Alicante : Symposia Philologica. v. 2. p. 573-585, ISSN: 8460803023.

² Enquanto do *Leal conselheiro* e do *Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela* foram feitas duas edições no século XIX, após a descoberta do manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, códice «*Portugais 5*», e outras tantas ao longo do séc. XX, algumas delas edições críticas, como as levadas a cabo por Joseph-Maria Piel, de 1942 e de 1943, respectivamente, e por Maria Helena Lopes de Castro, do *Leal conselheiro*, de 1998; a primeira edição completa do *Livro dos conselhos* só saiu a público nas últimas décadas do séc. XX. Cf. Duarte 1982. Como o mais antigo testemunho hoje conhecido do *Livro dos conselhos*, o I.A.N./TT ms. da Livraria n. 1928, é uma cópia proveniente do convento da Cartuxa de Scala Coeli, em Évora, o tratado duartino vem sendo denominado simplesmente como *Livro da Cartuxa*. Visando à concisão, a partir desse ponto, o *Livro dos conselhos* será referido como *LCart*.

³ Num levantamento parcial, detectei que, de um total de 97 textos de que se compõe o *LCart*, quase três dezenas foram publicados em obras de caráter compilatório ou que tomaram os escritos duartinos como fonte histórica. A seguir, identifico estas obras e, entre colchetes, os textos do *LCart* presentes nelas: Pina 1901: [6], [9] e [11]; Sousa 1947: [14], [18], [21], [22], [24], [27], [28], [29], [30], [43], [44], [45], [46]; [47], [48], [49] e [54] *Monumenta Henricina* 1962, vol. 4: [6], [8], [9], [10], [11] e [64]; *Monumenta Henricina* 1962, vol. 5: [18] e [20]; *Monumenta Henricina* 1962, vol. 6: [21], [22] e [49]; SANTOS 1960: [6], [8], [9], [10], [20], [21] e [22]; *Chartularium Universitatis Portugalensis* 1969: [4]; Ribeiro 1860: [4] e [5]; Martins 1926: [4], [5], [8], [10] e [13]; *Documentos sobre a Expansão Portuguesa* 1945: [4], [6], [8], [9], [10], [20], [21] e [22]; Braga 1892: [54]; Nascimento 1993: [54]; Dinis 1954: [64]; Roque 1979: [90]; Aragão s/d: [23], [38] e [39].

não possui um assunto específico ou ordenador. Temas os mais diversos compõem seu conteúdo: registros de requerimentos e decisões tomadas em Cortes; anotações para o ordenamento da casa, da capela ou dos despachos reais; conselhos sobre empresas militares; memórias de coisa acontecidas e de datas importantes, como as dos nascimentos dos filhos; respostas a conselhos solicitados aos grandes senhores do reino; transcrição de *mezinhas* para os mais variados males, desde dor de dente até a peste; apontamentos sobre questões econômicas, como o valor das moedas ou da mão-de-obra na construção civil, entre outros temas.

De ordenamento difícil, embora não impossível, e sem um fio temático condutor, o *LCart* acabou por ser relegado a um segundo plano nos estudos duartinos, sem todavia deixar de ser referido com certa constância, seja pela sua íntima conexão com o *Leal conselheiro*, seja por conter alguns dos mais interessantes documentos para o estudo do séc. XV português, momento importante do início da dinastia que fará de Portugal um império. Como bem disse o historiador português Oliveira Marques, «quase se poderia refazer a nossa visão da época [o início do séc. XV] utilizando como fonte exclusiva o *Livro da Cartuxa*» (Marques: VII).

A aproximação à obra que proponho nesse trabalho – primeira de uma investigação maior – diz respeito exatamente à relação do *LCart* com o mais conhecido tratado duartino, o *Leal conselheiro*.⁴ No prólogo deste, D. Duarte faz algumas afirmações que têm sido, a meu ver, mal interpretadas para a análise do diálogo textual das duas obras. Na primeira dessas afirmações, ao explicitar que a escrita de seu *tractado* atendia a uma antiga solicitação de sua esposa, a rainha D. Leonor, para que organizasse apontamentos esparsos, afirma o rei: «vós [rainha] me requerestes que juntamente vos mandasse screver algumas cousas que havia scriptas per boo regimento de nossas conciencias e voontades» (Duarte 1998: 7). Alguns críticos têm acentuado sobremaneira o valor do advérbio, lendo nesse «juntamente [...] screver algumas cousas que havia scriptas» um índice de que muitos dos capítulos do *LC* já estavam redigidos e que, de certa forma, compunham em essência o *LCart*.⁵ Se a primeira parte da interpretação está algo fundamentada, ou seja, alguns textos de que se compõe o *LC* já haviam sido escritos antes do período em que o monarca decidiu atender à solicitação da esposa, promovendo o *ajuntamento* destes; a segunda não corresponde propriamente à

⁴ O *Leal conselheiro* será designado daqui em diante por *LC*.

⁵ Entre outros, observe-se o que afirma Ramón Lorenzo em verbete dedicado ao *LC*: «Uma primeira versão da obra [do *LC*] encontra-se no *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, de que há um manuscrito na Torre do Tombo, provavelmente escrito pelo próprio rei» (Lorenzo 1993: 383). Índice dessa confusão entre as duas obras ou do desconhecimento do *LCart* por parte de muitos críticos é o fato de ela simplesmente não ser citada como obra duartina (Cidade 1968, Bell 1971, Spina 1985, e Gavilanes, Apolinário 1996).

verdade, ao menos no que diz respeito à quantidade de textos proveniente do *LCart*, como mais a frente se verá.⁶

Outra afirmação diz respeito ao ordenamento do próprio *LC*. Ainda no prólogo, continua o monarca: «Porque destas tres partes [D. Duarte também denomina o *LC* com um «ABC de lealdade», daí as três partes], mesturadamente e nom assi per ordem, é meu proposito de mais trautar, com devida protestaçom, leixando todo ao corregimento daqueles a que perteeecer» (Duarte 1998: 9). A interpretação corrente deste trecho tem sido a de justificar o caráter de «apontamentos» ou «miscelânea de escritos», entre outros qualificativos atribuídos ao *LC*,⁷ o que o aproximaria, em termos estruturais, do *LCart*, este sim uma compilação de textos vários.⁸

No que diz respeito à organização estrutural do *LC*, investigações recentes vêm demonstrando que o qualificativo «miscelânea de escritos» não o define com exatidão. Ao atentar para outros trechos da obra, o leitor dá-se conta de que o próprio D. Duarte indica uma estrutura bipartida de seu *tractado*, que é relativamente respeitada por ele. Diz o monarca à sua esposa, ainda no prólogo: «satisfazendo o vosso desejo [de «juntamente (...) screver algumas cousas que havia scriptas»] consiirei que seria melhor feito em forma de uu soo tractado com alguus adimentos». Ora, a crítica mais especializada, desde os pioneiros trabalhos de Piel e Amóra até estudos mais recentes, confirma que esta bipartição anunciado pelo rei é claramente reconhecível no *LC*, que, em linhas gerais, compor-se-ia por *uu soo tractado*, a englobar os primeiros 90 capítulos – passíveis de sub-partições, dependendo da leitura -, seguidos de *alguus adimentos*, os doze capítulos seguintes, do 91 ao 102, tudo isso antecedido por um prólogo e encerrado por um capítulo conclusivo, o 103.⁹

Assim sendo, uma obra não se pode confundir com a outra, nem em termos temáticos nem quanto a sua estruturação. Enquanto o *LC* pode ser denominado um tratado de filosofia moral e política e permite ao leitor identificar com clareza um fio condutor ou organizador de seu conteúdo,

⁶ Em outro momento do prólogo, D. Duarte volta a indicar a anterior redação de alguns capítulos do *LC*: «E por seerem algumas cousas sobre si tempo ha scriptas, nom levam tal forma como se todas juntamente sobr' este proposito forom ordenadas» (Duarte 1998: 8). Novamente, aponta-se o aproveitamento de escritos antigos para a redação do novo tratado e sugere-se que seu *ajuntamento* pode não ter resultado tão bem como se os textos tivessem sido escritos segundo um mesmo propósito.

⁷ Para as referências e a discussão dessas avaliações do *LC*, cf. Muniz 2001.

⁸ No mesmo sentido encaminham-se as seguintes palavras, ainda no mesmo prólogo: «E porque o entendimento é nossa virtude mui principal, screvi d'el ua breve repartiçom, e o mais fui ajuntando segundo melhor pude fazer» (Duarte 1998: 8). Este passo sugere que os primeiros nove capítulos do *Leal conselheiro* - dedicados exatamente ao “entendimento” e as suas partes - mereceu maior atenção do monarca, conformando um pequeno núcleo significativo, e que o resto do tratado foi *ajuntado*, segundo as contingências da escrita.

⁹ Para as questões sobre a organização estrutural do *LC*, cf. Piel 1942: XV e ss; Amora 1948: 93 e ss; Ricard 1970: 66 e ss; Gama 1995: 86 e ss; Dionísio 2000: 272 e ss; e Muniz 2001: 266 e ss.

possuindo inclusive dois prólogos, um para cada uma de suas partes; o *LCart*, ao contrário, não se define por uma temática específica, nem possui um ordenamento aparente – ao menos na forma como nos chegou o seu mais antigo testemunho, o I.A.N./TT ms. da Livraria n. 1928 –, embora tentativas de organização dos «apontamentos» de D. Duarte já tenham sido levadas a cabo.¹⁰

Da mesma forma, nem mesmo as partes que lhes são comuns revelam uma dependência significativa entre as obras. Embora 16 textos do *LCart* tenham sido aproveitados na redação do *LC*, não se pode esquecer que aproximadamente duas dezenas de outros capítulos deste são provenientes, total ou parcialmente, de obras de autores vários, como, por exemplo, João Cassiano, Gregório Magno, Cícero, Hugo Ripelinus, Raimundo Lúlio, Egídio Romano, entre outros; e, ainda, que alguns de seus capítulos têm como origem outra de suas obras, o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*.¹¹ Assim, o caso de apropriação de textos anteriormente escritos, como os do *LCart*, não é único nem exclusivo.

Mas, quais são os capítulos vindos do *LCart* para o *LC*, como e onde aparecem neste e porque foram selecionados?

São estes os 16 textos do *LCart* presentes em, pelo menos, 18 dos capítulos do *LC* (no elenco a seguir os números entre colchetes correspondem ao *LCart*; os outros, ao *LC*): [1] ⇒ 11; [3] ⇒ 24; [7] ⇒ 39; [18] ⇒ 98; [24] ⇒ 1 e 8; [29] ⇒ 94; [30] e [66] ⇒ 99; [34] ⇒ 39 e 40; [55] ⇒ 96; [57] ⇒ 97; [59] ⇒ 93; [63] ⇒ 92; [72] ⇒ 100; [80] ⇒ 95; [97] ⇒ 101 e 102.¹²

¹⁰ Recentemente, Isabel Dias demonstrou, por meio da análise de manuscritos datados dos séculos XVII e XVIII - um deles inédito, o BN COD. 13179 – que alguns copistas (por vontade própria ou estimulados pelos solicitantes das cópias?) esboçaram um ordenamento do *Livro dos conselhos*. (Dias [inédito]). Agradeço a autora o envio de cópia de seu trabalho e a permissão para utilização. Em trabalho futuro, pretendo analisar essas tentativas de ordenamento do *LCart*.

¹¹ Recentemente, João Dionísio procedeu a um exaustivo levantamento das fontes externas do *LC* (Dionísio 2000).

¹² O primeiro a sistematizar este diálogo entre as duas obras foi José Gama, indicando, na realidade, a presença de textos do *LCart* em 16 capítulos do *LC* (Gama 1995: 60, nota 5). Mais recentemente, João Dionísio, em sua tese doutoral, ampliou este número para 18 (Dionísio 2000: 142). Se se considerar que, por exemplo, a presença do texto [7], do *LCart*, no cap. 39, do *LC*, limita-se a um pequeno trecho de uma dúzia de linhas, sem a correspondência textual exata, como demonstra Dionísio no trabalho acima citado (Dionísio 2000: 372), poder-se-á acrescentar mais uma transmissão de texto do *LCart* para o *LC* às já aqui apontadas. O texto [80], do *LCart*, integralmente transcrito para os *adimentos*, compondo ali o cap. 95, teve o seu último parágrafo parcialmente reproduzido em outro capítulo do *LC*, o 54:

Os 16 textos do *LCart* ocupam espaços desiguais na estrutura bipartida do *tractado* duartino. Ou seja, aquilo que D. Duarte denomina *adimentos* ao *LC* corresponde a exatos 11 textos provenientes do *LCart*, enquanto os outros cinco restantes estão espalhados ao longo do corpo central do *tractado*. Por outro lado, os textos do *LCart* aparecem, nos *adimentos*, em sua integralidade sendo que um deles, o [97], está desdobrado em dois no *LC*, os 101 e 102, e outros dois, os [30] e [66], somam-se na composição de um, o 99. O mesmo não se dá com aqueles cinco textos aproveitados no corpo principal do *LC*: apenas dois deles; os [1] e [3], estão reproduzidos integral e unitariamente; dois outros; os [24] e [34], são subdivididos e aproveitados em capítulos distintos; e de um deles, o [7], apenas um pequeno trecho é transmitido de um livro a outro.

Esta forma de aproveitamento do conteúdo de seu *livro familiar*¹³ indica certa consciência de D. Duarte quanto à estrutura e ao papel que cabia a cada uma de suas obras. Ou seja, o rei distinguia claramente o livro de apontamentos - que não visava ao público externo, era de uso pessoal e restrito, e, portanto, não necessitava de uma organização sistemática de sua estrutura - do seu tratado

Outro ensinamento cousa perigosa he escolher homem estar em logar onde morrem de pestelença e cousa mais segura partyr se qua mais morrem dos que ficão e poucos dos que se partem.

E grande mingua de boo saber seria passar por uu vao, ou em ua barca, onde cada dia muitos morrem, e leixar outra que passom meses que alguu nom se perde. Pois tal é dos logares das pestelenças onde, continuadamente muitos morrem, a respeito dos semelhantes que som de saude, por em sandice é, sem special necessidade, estar onde ela andar.

O texto [80] do *LCart* pertence, em realidade, ao confessor de D. Duarte, Frei Gil Lobo, que o redigiu a partir de uma idéia do rei, como indica a anotação que o introduz [«Auiso seguro e bom feito por el rey e notado per o padre egidio seu confesor»] e o confirma o próprio monarca no capítulo *tavoa* 101, com que introduz os *adimentos* do *LC*: «Quarta, uu conselho apropriado a duas barcas que frei Gil Lobo, meu confessor, que Deos perdoe, screveo per minha envençom e mandado», p. 328. Interessa observar que o texto de Frei Gil Lobo reproduz um ensinamento moral em que se defende uma vida guiada pelas virtudes e é, como indica D. Duarte, construído sobre a alegoria das duas barcas, representativas das duas opções que tem o homem a seguir na vida: «grande sandice é em atrevimento da boa voontade de Deos [desprezar] o estado das uirtudes, e escolher o estado dos pecados, como seria se alguu quisesse passar alguu rio perigoso e tormentoso, e achasse duas barcas», p. 340, do *LC*. O parágrafo em questão, o último, está no capítulo como se fora um adendo [do Frei Gil Lobo ou de D. Duarte?], como comprova seu início: «Outro ensinamento... ». Como o cap. 54 do *LC* tem como tema a pertinência de se fugir dos lugares afetados pela peste – «Das razões por que parece bem fugiir aa pestelença»-, faz sentido que aquele parágrafo seja aí também aproveitado, pois ambos os conteúdos são semelhantes.

¹³ Maria João Almeida, em sua dissertação de Mestrado, aponta a relativa semelhança entre a organização do *LCart* e um tipo de literatura notarial italiana produzida a partir dos últimos séculos de período medievo. Da mesma forma, registra a estudiosa a existência, no mesmo período, dos *libri di famiglia*, denominação conferida pelos estudiosos da literatura medieval italiana a «escritos produzidos no interior de uma família e destinados à circulação privada» (Almeida 1995: 39, nota 62). Um estudo mais atento da relação do *LCart* com esses escritos italiano seria, claro está, extremamente produtivo para a percepção dos sentidos e função desta obra duartina.

de filosofia moral e política - este sim, embora dedicado à rainha, pensado para um público maior e específico, os “senhores e homees da corte”.¹⁴

Os cinco textos do *LCart* transmitidos para o corpo central do *LC* foram selecionados e adaptados e cumprem, ali, papel muito pontual. O texto [24], por exemplo, é composto por apontamentos que D. Duarte havia feito sobre as «partes do entendimento», em que cada uma delas está indicada e concisamente definida. Denominado pelo rei a «nossa virtude mui principal», o *entendimento*, por outro lado, recebe atenção especial no *LC* e é exatamente com um conjunto de nove capítulos dedicados a esta virtude que o monarca inicia seu *tractado* moral. Ao começar a redação desse conjunto de capítulos, D. Duarte lembra-se das anotações anteriormente feitas sobre o *entendimento* em seu *livro familiar*, recupera-as e amplia-as no primeiro capítulo do *LC*, em que cada uma daquelas partes será mais desenvolvida e melhor definida.

O texto [24] do *LCart* conecta-se ainda a este arrazoado sobre o *entendimento* por meio da transmissão de seu último parágrafo – no qual se reafirma o valor do correto conhecimento de cada uma das partes daquela virtude – para o início do cap. 8, do *LC*, em que o rei constrói um pequeno «ensaio de caracteriologia humana» (Carvalho 1932), a propósito do maior ou menor domínio das partes do *entendimento* e de seu melhor ou pior uso, segundo as vontades. A leitura comparativa do texto [24], do *LCart*, e dos capítulos 1 e 8, do *LC*, comprovam, pela concisão, o caráter de apontamentos pessoais daquele e, pela maior extensão e mais cuidada definição, o propósito pedagógico-divulgativo destes.

Algo semelhante acontece com a transmissão do texto [34] do *LCart* para o *LC*. O conteúdo deste texto resume-se ao que D. Duarte denomina um *símprez rimaço*, por meio do qual demonstra em meia dúzia de versos que elementos de ordem vária influenciam na formação de um homem, para o bem e para o mal: há elementos de ordem *cultural* – a terra onde nasceu e a família em que foi criado; *natural* – a alimentação que tem ao longo da formação e as doenças e acontecimentos que podem conformar ou mudar o estado natural; *sobrenatural* – a influência das constelações no momento do nascimento e a própria inspiração proveniente de Deus, que são, é claro, colocados em parâmetros distintos; e *sócio-política* – a conduta determinada pelo exemplo dos senhores e amigos. O *rimaço* é acompanhado por um pequeno parágrafo em que D. Duarte ressalta a *graça* divina

¹⁴ Em minha dissertação de doutoramento, apresentada recentemente, defendo a tese de que o *LC*, para além de um tratado de filosofia moral, deve ser considerado também como um tratado político - espelhado na tradição dos escritos pedagógicos-políticos dos *Espelhos de príncipes* -, dirigido a formar aqueles que ajudarão o monarca na tarefa da administração do reino, os *homees da corte* (Muniz 2003).

como elemento central na determinação do destino dos homens. A aparência do texto [34] é de um pequeno apontamento, fruto de um momento de reflexão inspirada do monarca.

Já no *LC*, o *rimanço* e o parágrafo que lhe segue estão em dois capítulos distintos - o 39 e o 40, respectivamente - dentro de uma seção de textos dedicada à virtude da esperança, cumprindo ali importante papel. No cap. 39, D. Duarte reproduz logo no início o *rimanço* e, em seguida, desenvolve reflexões sobre os elementos que contribuem para formação moral e social do ser humano, recorrendo à técnica da *amplificatio* retórica, por meio de exemplos e de citações de diversas autoridades. O ponto central da argumentação é o da defesa e valorização do livre arbítrio como orientador de uma vida guiada pelo caminho da virtude, pois embora a condição e o estado dos homens sejam moldáveis por influência de distintos elementos, o livre arbítrio, dado aos homens por Deus, permite àqueles encaminharem a vida segundo a vontade e o poder individual, não cabendo, portanto, a desesperança por nenhum estado ou condição assumida.

O parágrafo que constitui com o *rimanço* o texto [34], do *LCart*, inicia, por sua vez, o cap. 40 do *LC*, no qual D. Duarte reafirma o valor da *graça* concedida por Deus como elemento superior a todos os outros abordados no capítulo anterior e anima seus leitores a terem plena confiança e esperança na determinação divina, tema dos dois capítulos. Com isso, o *rimanço* e o parágrafo que compunham uma unidade no *LCart*, embora transmitidos separadamente para capítulos distintos no *LC*, mantêm o sentido unificador da mensagem revelada nos primeiros apontamentos do monarca, indicando que certas idéias refletidas no *tractado* acompanhavam-no há muito tempo.

Outro exemplo disto encontra-se ainda no cap. 39 do *LC*, que além de receber o *rimanço* duartino também reproduz um pequeno excerto de outro texto do *LCart*. O tema gira ainda em torno do livre arbítrio e da influência que pode vir a ter os poderes astrológicos sobre o destino humano. O texto [7] do *LCart* constitui-se de uma longa carta escrita por D. Duarte a seu irmão, o Infante D. Pedro. Nesta, entre outras coisas, o monarca, à certa altura, defende o livre arbítrio como elemento orientador de uma vida virtuosa em contraposição àqueles que se guiam por determinações astrológicas. Aconselha o rei a seu irmão: «o homem sabedor se asenhorea das estrellas, e elas non podem mais fazer que dar nos tentaçom ou alguas reclinãções de desejos [...] e das estrelas nem estrolomja nenhu bom homem deve curar» (Duarte 1982: 53). A idéia contida neste pequeno trecho é transmitida para o *LC* no ponto em que, na cap. 39, o monarca desenvolve o tópico do *rimanço* que trata da ação dos planetas sobre a determinação do destino humano. D. Duarte repete o conteúdo básico do conselho: «das pranetas, e [de] todas outras partes podemos seer enduzidos e tentados,

mes nom costringidos» (Duarte 1998: 151). Mais uma vez, observa-se que temas tratados e melhor desenvolvidos no *LC* ocupavam há muito tempo as reflexões de D. Duarte¹⁵.

Dois outros textos do *LCart* são ainda transmitidos para o corpo principal do *tractado* de D. Duarte, só que, em ambos os casos, de modo integral e unitário. Ou seja, cada um deles compõe um outro capítulo no *LC*. O lugar que ocupam na estrutura deste não é aleatório, ao contrário, uma pequena análise dos textos que os acompanham permite ao leitor perceber que eles foram postos ali em perfeito diálogo com seus companheiros. Esse é o caso do texto que abre o *LCart*,¹⁶ o [1], que corresponde no *LC* ao cap. 11. Composto em forma de *conselho*, o monarca afirma que todo homem deve estar atento aos privilégios e aos castigos que recebem de Deus e de seus senhores e aos que concedem a amigos e servidores. Recomenda-se a constante reflexão pessoal sobre as ações, que permite ao homem avaliar e entender os bens e os males frutos destas, e aconselha-se cuidado especial com o pecado da soberba. Este é o tema central do apontamento do monarca.

No *LC*, um conjunto de 24 capítulos, do 10 ao 33, é dedicado a tratar dos pecados. D. Duarte faz uma divisão relativamente igualitária desse conjunto, destinando a cada vício abordado dois capítulos, com algumas exceções. O primeiro vício analisado é o da soberba. A ele são consagrados dois capítulos, o 10 e o que aqui se comenta, o 11. Este acompanha e, de certa forma, amplifica e complementa, o capítulo anterior. A conexão entre os dois capítulos está estabelecida no campo temático – ambos tratam da soberba –, mas também é claramente indicada por D. Duarte, que se preocupa em apontar os nexos entre eles, explicitando que já havia escrito um *conselho* sobre a soberba e que por isso decidiu aproveitá-lo em seu *tractado*: «E porque eu vi muitos tocados deste pecado, com suas presunções, mal contentes, desagradicidos passarem tristes e trabalhosas vidas, fiz

¹⁵ A anterioridade desta reflexão em relação ao momento da redação do *LC* pode ainda ser comprovada pela data da carta ao Infante D. Pedro registrada no *LCart*. A carta está datada de 1 de maio de 1429, quando D. Duarte ainda era príncipe herdeiro, embora tanto o índice do *LCart* quanto a anotação que antecede o referido texto [7] indiquem D. Duarte como rei.

¹⁶ Embora seja o primeiro texto da cópia que nos chegou do *LCart*, isto não parece indicar primazia deste em relação aos outros, pois em termos temáticos não dialoga com os que o sucedem e nem é possível datá-lo com precisão por nenhum elemento intratextual. Embora o editor moderno do *LCart* sugira como prováveis as datas entre 1433-1438, ou seja, o período em que D. Duarte reina, talvez se guiando pela anotação que antecede o texto, já vimos, com o exemplo da carta ao Infante D. Pedro presente no cap. [7], que nem estas anotações nem o índice são confiáveis para a datação dos textos (Duarte 1982: 7, nota única).

este conselho ajuso scripto, o qual me parece que vem a rezom, seer aqui traladado» (Duarte 1998: 44).¹⁷

D. Duarte confere igual procedimento ao texto [3], do *LCart*, que corresponde ao cap. 24, do *LC*, o último dentro do conjunto de capítulos dedicados à análise dos vícios. Dentro do longo arrazoado sobre os pecados, sete capítulos constituem uma espécie de digressão, pois ao abordar aquele que João Cassiano considera como o mais grave dos vícios, a tristeza, D. Duarte constrói um pequeno tratado sobre este pecado, apoiado fundamentalmente em sua experiência pessoal, relatando a crise do *humor menencorico* que lhe atingiu durante longos três anos, quando ainda príncipe. Os sete capítulos giram em torno do mesmo assunto, esmiuçando-o, apontando suas causas, os remédios experimentados e dando conselhos de como evitar ser tomado pela tristeza. No último capítulo desta digressão sobre a tristeza, D. Duarte decide transcrever uma carta dirigida ao irmão, o Infante D. Pedro, quando este partia em viagem para Hungria, já registrada no *LCart*, texto [3], mas que o monarca entende complementar exemplarmente o tema que lhe ocupa, agora, em seu livro de filosofia moral e política: «E quando meu irmão, o ifante dom Pedro, desta terra se partio, sabendo eu que algua desto [tristeza] sentia, lhe fiz este conselho ajuso scripto o qual, ainda que fale em outras partes, sobr'este caso é seu principal fundamento. E mandei-o aqui screver por alguns remedios pera esto proveitosos, em ele seerem scriptos» (Duarte 1998: 90).

Novamente, é um *conselho* o que D. Duarte se lembra de recuperar de seu *livro familiar* para trazer para o *tractado* que escreve para bem aconselhar seus súditos. Uma vez mais, também, o monarca preocupa-se em explicitar o nexos de escritos anteriores com o atual, recorrendo a uma das técnicas da *amplificatio*, o lançar mão do exemplo, neste caso pessoal e familiar. Esta carta/conselho transmitida do *LCart* para o *LC* prova, por outro lado, que a tristeza, merecedora de um dos arrazoados mais pessoal e famoso do *tractado*, ocupava as reflexões de D. Duarte desde há muito tempo,¹⁸ permitindo-nos conjecturar que não só o texto [3] foi recuperado da *livro familiar*, mas também que a antiga reflexão nele apontada pode ter inspirado a longa digressão sobre o mal de que o príncipe foi acometido.

¹⁷ O título dado ao cap. 11, do *LC*, reafirma esta conexão, referindo-se a este último parágrafo do cap. 10: «Do dicto conselho»; e é distinto do que está no *LCart*, muito provavelmente criado pelo copista: «Conselho d el rey dom eduarte».

¹⁸ No cap. 19 do *LC*, D. Duarte explica que a crise de melancolia sobreveio-lhe quando começou a compartilhar a administração do reino com o pai, no período da conquista de Ceuta, por volta do ano de 1415. Por outro lado, a carta que envia ao Infante D. Pedro é datada de 1425 (Duarte 1982: 21, nota única). D. Duarte reina entre 1433-1438. Portanto, as suas preocupações com os males causados pela tristeza datam, como se vê, de quando ainda era Príncipe.

Outros propósitos e modos de transmissão orientaram o aproveitamento dos onze textos do *LCart* que compõem os *adimentos* no *LC*. O primeiro dado que chama a atenção é o intuito de D. Duarte em fazê-los constituir claramente um aparte ao *tractado*. Aparte este imediatamente anunciado no prólogo, para que o leitor assim o reconheça, mas também indicado pelo capítulo/*tavoa* que o introduz, o 91. Outro dado é o da forma como os textos foram transmitidos. Com pequenas alterações – que ainda não foram devidamente analisadas, diga-se de passagem¹⁹ –, os textos do *LCart* foram, em sua maioria, unitária e integralmente transpostos para o *LC*, ou seja, cada texto daquele corresponde a um capítulo deste, com apenas duas exceções: os textos [30] e [66] resultam em um só capítulo, o 90, e o [97] subdivide-se em dois, compondo os capítulos 101 e 102. Como entender estas opções de D. Duarte?

A crítica duartina, para além de apontar certa incompatibilidade entre as duas partes do *LC*, o corpo central e os *adimentos*, não têm se esforçado em entender a organização particular que D. Duarte deu a sua obra. Antônio Soares Amóra afirma que «o *Leal conselheiro*, no seu conjunto, respeita um plano definido e tem finalidade e caráter próprios, inteiramente independentes dos ensaios [os *adimentos* provenientes do *LCart*?] aproveitados» (Amóra 1948: 69). Joseph-Maria Piel classifica os textos finais do *LC* como «miscelânea de escritos vários, que D. Duarte julgou dignos de figurar na sua obra, e que não tivera ocasião de incluir na primeira parte» (Piel 1942: XVI). Robert Ricard compartilha de mesma opinião: «D. Duarte paraît avoir voulu réunir sans ordre toutes les pages que n'avaient pu trouver place dans les chapitres antérieurs» (Ricard 1970: 69).

Segundo as palavras de D. Duarte no capítulo/*tavoa* que abre a seção dos *adimentos*, os textos transpostos do *LCart* para o *LC* mantêm, sim, relação íntima com o corpo principal do *tractado*, não foram selecionados de seu *livro familiar* ao acaso e estão ali ordenadamente colocados para cumprir papel específico. Vejamos o que diz o rei nesta «*tavoa e declaração das cousas que adiante som scriptas*» (Duarte 1998: 329).

Explicitando por que reuniu os 11 textos do *LCart* ao fim de seu tratado de filosofia moral e política, afirma o rei no início desse capítulo/*tavoa*: «Desejando de poer fim a esta breve e simprez leitura, as cousas per mim feitas a esto perteecentes, que ficam por screver, em ela sem outro adiamento as faço treladar, das quaes este capitulo como *tavoa* entendi seer compridoiro de se fazer»

¹⁹ As alterações entre os textos presentes no *LCart* e os reproduzidos no *LC*, embora sejam, em sua maioria, pequenas, podem ser muito significativas para desvendar os propósitos do monarca no aproveitamento de seus escritos anteriores, bem como para identificar a função que passam a cumprir no novo contexto em que são inseridos. Ainda não foi feito o estudo comparativo dessas alterações. No programa de nossa investigação sobre o *LCart*, este é um dos objetivos.

(Duarte 1998: 329). Como se pode perceber, o rei indica que não foi aleatória a escolha dos textos anexados ao *LC*. Em sua mente, todos os escritos possuíam algo em comum com o que vinha escrevendo («as cousas per mim feitas a esto perteecentes»), necessitando apenas de uma *tavoa* ordenadora. Ao fim desse mesmo capítulo/*tavoa*, afirma o rei: «alguas cousas tenho scriptas no livro que faço de saber bem andar a cavalo», assim como «outras que por nom seerem taes que a vós perteeçam, as nom fiz aqui traladar» (Duarte 1998: 331), permitindo inferir que essas «outras [cousas]» se referem aos escritos que formam hoje o *LCart* e que deste só *traladou* os textos que pensava condizente com *LC*, ou seja, as «cousas [a este] perteecentes».

D. Duarte, ainda no mesmo capítulo introdutório aos *adimentos*, segue explicitando a relação dos textos trazidos do *LCart* para o corpo principal do *LC*, como se pensasse pertinente justificar suas escolhas, bem como orientar a leitura dos novos capítulos aduzidos²⁰. Se atentamos para essas justificações, damo-nos conta de que nelas o monarca insiste em afirmar o sentido de cada um dos textos com o *tractado*. Assim, por exemplo, sobre o texto [63] do *LCart*, que corresponde ao cap. 92 do *LC*, D. Duarte diz que irá apresentar sete princípios que devemos seguir para melhor praticar as sete virtudes, já que parece «razom conseguir [«continuar», «terminar»²¹] o trautado passado que d'eles principalmente falei» (Duarte 1998: 329). Sobre o capítulo seguinte, o 99, correspondente ao texto [59] do *LCart*, o rei anuncia que fará o «apropriamento da oraçom do Pater Noster a estas virtudes principais».

Além desses, encontram-se, ao longo dos capítulos, os seguintes conselhos: como ler os livros, particularmente os de «ensinança spiritual, e das virtudes moraes» (texto [29]; do *LCart*; cap. 94, do *LC*); uma figuração de duas barcas, metáfora do percurso da vida do homem: uma, segura, firme e perfeita; outra, rota, fraca e viciosa (texto [80], do *LCart*; cap. 95, do *LC*); os modos de organizar os serviços da capela e do tempo que se deve dedicar a cada um dos ofícios religiosos (textos [55] e [57]; do *LCart*, respectivamente, capítulos 96 e 97, do *LC*), já que a «boa devaçom faz leixar os pecados e seguir as virtudes» (Duarte 1998: 330); a maneira de traduzir do latim para «nossa linguagem» (textos [30] e [60], do *LCart*; cap. 99, do *LC*); um «regimento do estomago», para manter a boa saúde do corpo, morada do espírito (texto [72], do *LCart*; cap. 100, do *LC*), pois

²⁰ Cabe lembrar que no prólogo do *LC* D. Duarte apresenta uma série de orientações para a leitura correta de seu *tractado* e que um dos capítulos do *adimento*, o 94, versa exatamente sobre a arte da leitura, provas de que as explicações presentes neste capítulo/*tavoa* são apenas mais um exemplo de uma inquietude constante do monarca, qual seja, dirigir seu leitor no sentido de uma leitura virtuosa.

²¹ Para Piel, «conseguir», nesta frase, significa «continuar», «terminar» (Duarte 1942: 340, nota 3).

«quem o guardar como convem na geeral maneira de seu viver, quanto a este perteece por bem regido sera contado» (Duarte 1998: 330); e um método de se saber as horas, por meio de uma roda do tempo (texto [97], do *LCart*; subdividido nos capítulos 101 e 102, do *LC*), importante da mesma forma, na visão do rei, para ajudar no desempenho das atividades cotidianas, «porque os que a sabem teem ajuda pera seerem melhor regidos» (Duarte 1998: 331).

Um outro capítulo, o 98, contém a transcrição da célebre carta de D. Duarte aos cunhados aragoneses, os infantes D. Henrique e D. João. Datada de 25 de janeiro de 1435, nela D. Duarte, já rei, relata aos dois parentes seu relacionamento e o de seus irmãos com o pai, o rei D. João I. A celebridade da carta se deve, entre outras coisas, ao retrato que oferece do Mestre de Avis na intimidade familiar, de como este educou os filhos guiado por uma conduta moral rígida, entre eles o próprio D. Duarte; do papel desempenhado pela rainha, D. Filipa de Alencastre; do amor que unia pais e filhos e o que imperava entre estes; enfim, um precioso documento das relações cotidianas de uma das mais notáveis famílias reais portuguesas. Ressaltam do longo relato exemplos de conduta, frutos da modelar convivência familiar, que D. Duarte, no texto que nos chegou no *LCart*, parece querer transformar em conselhos morais para os cunhados e que, anexados ao *LC*, acabam por servir também aos *homees da corte* que desejem viver virtuosamente.

Ao cabo, observa-se que os *adimentos* trazidos do *LCart* para o *LC*, apesar de não participarem do corpo principal do *tractado*, dele não estão completamente desligados. Ao contrário, a escolha de D. Duarte desses textos pode ser explicada pela tônica moral de cada um, independente da maior ou menor praticidade dos conselhos que comunicam. Como se verifica nos capítulos do corpo central do *LC*, o reger-se pelas virtudes e o necessário *corregimento* dos pecados são conselhos recorrentes. Eles mesmos compõem o sentido e a finalidade dos *adimentos*. Eles próprios também explicam o motivo das opções e preterições de D. Duarte relativas aos textos do *LCart*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Maria João (1995), *A «Crónica Urbana» em Fernão Lopes*, Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Lisboa.
- AMORA, Antônio Soares (1948), *El Rei Dom Duarte e o «Leal Conselheiro»*. São Paulo, Fac. Filosofia, Ciências e Letras da Univ. de São Paulo, (Boletim n. 93).
- ARAGÃO, A. C. Teixeira (s/d), *Descrição Geral e Histórica das moedas cunhadas em nomes dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 2 ed., vol. 1, Porto, s/Ed.
- BELL, Aubrey F. G. (1971) *A Literatura Portuguesa: história e crítica*, Lisboa: INCM.
- BRAGA, Teófilo (1892), *História da Universidade de Coimbra*, Lisboa, s/Ed., t. 1.
- CARVALHO, Joaquim de (1932), «Cultura filosófica e científica», dentro de PERES, Damião (Dir.) *História de Portugal*, v. 4, cap. 7, pp. 513-526.
- Chartularium Universitatis Portugalensis* (1969), Edição de Artur Moreira de Sá, Lisboa, s/Ed., v. 3 (Também publicada em *Biblos* (1952), n. 28, Coimbra, pp. 33-54).
- CIDADE, Hernani (1968), *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, 1 vol. (séc. XV-XVIII), Coimbra, Coimbra.
- DIAS, Isabel, «Uma cópia desconhecida do *Livro dos Conselhos* de D. Duarte» (Inédito).
- DINIS, A. J. Dias (1954), *Esquema de sermão de el-rei D. Duarte para as exéquias de D. João I, seu pai*, Braga, Separata de *Colectanea de estudos*, 2 série, ano 5, n. 3.
- DIONÍSIO, João (2000), *D. Duarte, leitor de Cassiano*, Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Lisboa.
- Documentos sobre a Expansão Portuguesa* (1945), Ed., Pref. e notas de Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, Gleba, v. 2.
- DUARTE, Dom (1942), *Leal Conselheiro*, Ed. crít. e notas de Joseph-Maria Piel, Lisboa, Bertrand.
- DUARTE, Dom (1982), *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte*, Ed. diplom. de João J. A. Dias, Lisboa, Estampa.
- DUARTE, Dom (1998), *Leal conselheiro*, Ed. crít. de Maria Helena Lopes Castro, Lisboa, INCM.
- GAMA, José (1995), *Filosofia da cultura portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- GAVILANES, José Luis, APOLINÁRIO, António (Eds.) (1996), *Historia de la Literatura Portuguesa*, Madrid, Cátedra.
- LORENZO, Ramón (1993), «*Leal conselheiro*», dentro de LANCIANI, Giulia, TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, pp. 383-384.
- MARQUES, A. H. Oliveira (1982), «O *Livro da Cartuxa* como fonte histórica», dentro de *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte*, Ed. diplom. de João J. A. Dias, Lisboa, Estampa, pp. VII-XII.
- MARTINS, J. P. Oliveira (1926), *Os filhos de D. João I*, 5 ed., Lisboa, s/Ed.
- Monumenta Henricina* (1962), Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Coimbra, volumes. 4, 5 e 6.
- MUNIZ, Márcio R. C. (2001), «Os leais e prudentes *conselhos* de el-Rei D. Duarte», dentro de MONGELLI, Lênia Márcia (Coord.), *A literatura doutrinária na Corte de Avis*, São Paulo, Martins Fontes, pp. 245-305.
- MUNIZ, Márcio R. C. (2003), *O «Leal conselheiro» e os tratados de educação de príncipes medievais*, Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo.
- NASCIMENTO, Aires (1993), «As livrarias dos príncipes de Avis», dentro de *Biblos*, Coimbra, vol. 69, pp. 265-287.
- PIEL, Joseph-Maria (1942), «Prefácio», dentro de DUARTE, Dom, *Leal Conselheiro*, Ed. crít. e notas de Joseph-Maria Piel, Lisboa, Bertrand, pp. XV e ss.
- PINA, Rui de (1901), *Chronica D’El-Rei D. Duarte*, Lisboa, Escriptorio.
- RIBEIRO, João Pedro (1860), *Dissertações chronologicas e críticas sobre a História e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal*, Lisboa: Academia Real de Ciências, tomo 1.
- RICARD, Robert (1970), «Le *Leal Conselheiro* du Roi D. Duarte de Portugal», dentro de *Études sur l’Histoire Morale et Religieuse du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROQUE, Mário da Costa (1979), *As pestes medievais europeias e o «Regimento Proveytosos contra ha Pestenença»*, Paris, Fundação C. Gulbenkian.
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos (1960), *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa: Comissão executiva do V centenário da morte do Infante D. Henrique.
- SOUSA, Caetano (1947), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. 1, livro 3.
- SPINA, Segismundo (1985), *Presença da Literatura Portuguesa*, 8 ed., São Paulo, Difel.